



III REUNIÃO DA COORDENAÇÃO NACIONAL

Relatoria: Deuzani Candido Noletto – Secretaria Executiva do FBES

DATA: 14 E 15 DE NOVEMBRO DE 2004

LOCAL: BRASÍLIA – DF

14 DE NOVEMBRO DE 2004:

AValiação DO ANO E INDICATIVOS DE PRIORIDADES, METAS PARA 2005:

OBJETIVO: Ao final do dia estarão definidas as prioridades de 2005, para serem planejadas pelo Conselho Interlocutor em fevereiro.

1 - GRUPOS DE TRABALHO POR QUATRO SEGMENTOS:

- SEGMENTOS:
 - Empreendimentos;
 - Organizações de assessoria;
 - Rede de gestores públicos;
 - SENAES.

Para 2004 a diretriz geral foi: Priorizar o fortalecimento do segmento dos empreendimentos.

2 – PLENÁRIA I:

1. Linha do Tempo (para resgatar memória): Quais os momentos/ações mais significativos de 2004?
2. A partir do Plano de 2004: O que foi realizado, o que não foi realizado?
3. Como o segmento contribuiu para isso?
4. Como o segmento percebeu a participação dos demais segmentos?
5. Quais os aspectos de maior acúmulo político?
6. Proposições de PRIORIDADES, metas, INDICATIVOS DE AÇÃO PARA 2005?

2.1 - GRUPO DE EMPREENDEMENTOS:

2.1.1 - LINHA DO TEMPO, O QUE FOI E SERÁ REALIZADO EM 2004:

- Abril – Reunião da Coordenação Nacional;
- Agosto – I ENEES;
- Mapeamento – em elaboração;
- Feiras regionais e estaduais;
- FSM 2004 – Na Índia com a participação de dois representantes do FBES (Idalina e Lenivaldo);
- Reuniões dos GT do marco jurídico (apesar de acharmos que não houve avanços, já temos a Lei estadual de MG, debate em SP e as discussões ocorridas nas duas oficinas que aconteceram, sobre o Conselho e Fundos) e Conselho Nacional da Economia Solidária;
- Encontro Nacional de Trocas

- Estados:
 - RN – 17 a 19 de dez – Fórum Social Potiguar
 - CE – 02 a 04 de dez – Feirão da Economia Solidária
 - DF – Dezembro – Feira
 - PR – Dezembro – Mapeamento
 - AP – 14 de nov – Ecofeira; 25,26 e 27 nov – Encontro de Tambores.
 - PA – 10 dez a 08 jan – Feira da Economia Popular e Solidária de Marituba; Encontro de empreendimentos Região Norte(Belém); Feira estadual de ES; Reunião Mosqueira (19 nov) Experiência Cartão Solidário;
 - BA – 10 a 29 dez – Feira ES natalina;
 - AC – Comissão Pró-Fórum vai fazer Mapeamento; 20 dez – I Feira de ES
 - SP – 1º Semestre – Audiência pública – Frente parlamentar; Feiras regionais ainda este ano; mapeamento em 2004; Seminário; ABC (SP) – Fórum Social Regional ABC (participa A.D.L)
 - CE – Centro de Referência de ES; 18 e 19 nov – Oficina Nacional;
 - Aconteceu o encontro Nacional da RBSES (Guarapari – ES)
 - URBIS em São Paulo com participação da ES
 - ES – 19 Nov – Projeto – Lei; 11 à 20/12 Feira ES;
 - RS – Sul do estado (regional); 1 maio de 2004 Feira Estadual ES, Feira Latino Americana (Santa Maria); 26 a 31/01/2005 FSM; GT ES do FSM – Participação do empreendedor indo além da comercialização (debate político); Pelotas – Nov – Feira Regional; Expo Inter – Participação dos empreendimentos – URBIS; Associação da casa ES para gestão da casa;
 - RJ – Feira da UERF; 16/17 Nov – 2004 Feira no Metrô, Feira museu da república; Feira Mensal – Angra dos Reis/RJ; Feira Semanal Agroecológica e ES (desde de set/2004);
 - MT – apoio do Talher, DRT, UFMT e ENEMAT; fórum estadual ES, DRT/ UNEMÃO/ Talher/ UFMT – reuniões regulares;
 - PE – Início dez/04 – Festival ES; 24 à 27/11/04 – FSN (Fórum Social Nordeste); 2004 – Encontro Anteag, Preparatória – Encontro Nacional Empreendimentos; 1,2,3 e 4 de dez. II Feira de ES; Recife – Feira quinzenal de ES; 19,20 e 21 de dez de 2004 – Feira Estadual ES;
 - RR – Dez. Instalação Fórum Turismo Solidário;
 - AM – 1 semestre de 2004 I Feira ES;
 - AL – 17nov III plenária ES; feira de ES mapeamento;
 - RO – Mapeamento; Dez. Fórum estadual;
 - TO – Comissão Pró – Fórum; Dez – Seminário ES; Comissão Pró Fórum; Bico do papagaio – 2 Feiras de ES em 2004;
 - MS – maio/2004 – seminário Estadual ES, EGE/ mapeamento; Junho – Encontro Estadual empreendimentos; Campo Grande – (ciclo de debate, feira de ES nos bairros); Dourados – seminário ES 2004; Rede (Feiras Estadual de ES; Etnia Terena tem discussão de ES;
 - SC – Mapeamento – final 1ª fase (Feiras Regionais, em 8 regiões de Estado); Encontro Estadual empreendimento;
 - DF – Jan/ 2004 – Secretaria Executiva FBES – pág. Fórum;
 - AC – Curso capacitação sobre pesca/ DRT/ Gov. do Estado/ Emater; recomposição de matas ciliares/ áreas degradadas (Feijó/ AC).
- Avanço de participação política, inclusive havendo mais intervenções dos empreendimentos nas reuniões, consequência do I ENEES;

2.1.2 - PRIORIDADES E INDICATIVOS DE AÇÕES:

- Participação efetiva no FSM 2005 com maior numero de empreendimentos;
- GT de Finanças solidárias;
- Conselho Nacional de ES;
- Construir um Fundo para sustentabilidade da ES; para construção dos espaços da ES a exemplo dos outros movimentos, grande Projeto nacional, pode ser enviado para BNDES;
- Convenio SENAES e ADS/CUT para Secretária Executiva só vai durar seis meses, cuidar de elaborar outros projetos de sustentação a partir de maio/2005;

- Organizar Seminários nos Estados dos empreendimentos relacionados a fatores produtivos, perceber se o produto tem qualidade e se está adequado;
- Propostas tiradas da oficina dos Empreendimentos;
- Formação do PNQ – linha de formação em ES;
- Planejamento para organizar os empreendimentos por cadeias produtivas;
- Entidades de fomento ajudar a buscar recursos internacionais;
- A Relação da SENAES junto ao Conselho Nacional;
- Conferência Nacional da Economia Solidária.

2.1.3 - PERCEPÇÃO DO PRÓPRIO SEGMENTO E DOS DEMAIS:

- Empreendimentos não se preocupam com a sustentação da Secretaria Executiva;
- Empreendimentos estão mais preocupados de cuidar de seus projetos e não constroem o movimento;
- Não estamos levando nada para os Estados como resultado destas reuniões, estamos na mesmice e nas reclamações;
- FBES precisa dar uma resposta para os empreendimentos estaduais, com o risco de muitos recolherem suas bandeiras e cuidar de seus empreendimentos;
- Gestores e assessorias não participam muito nos estados e nacional;
- Urgente fazer o Dia Nacional da ES, inclusive para arrecadar fundos para sustentar a Secretaria Executiva do FBES;
- Fundo precisa ser buscado onde está o dinheiro, não tirar dos empreendimentos;
- Empreendimentos têm muitas dificuldades de sobrevivência, o que dificulta a construção do movimento;
- Um empreendimento só consegue ajudar o outro quando consegue resolver o seu problema;
- Outros segmentos(assessorias) encaminham as propostas e fazem pelos empreendimentos, salvo raríssimas exceções, (armadilhas de um Estado que foi construído para atender o capitalismo); recursos não chegam nos empreendimentos; cuidar para que o fundo não seja mais uma armadilha;
- FBES existe de fato, mas não existe de direito, o que nos impede do FBES ter personalidade jurídica? Porque o FBES não poderia gerir o Fundo?

2.2 - GRUPO DE ASSESSORIA:

2.2.1 - PONTOS MARCANTES:

- Mais marcante e principal foi o I ENEES, propiciou os Encontros estaduais e foi um pré-mapeamento;
- Regionalização, exemplo na Bahia fórum espalhou no estado;
- Participação na URBIS;
- Mapeamento, conhecimentos dos empreendimentos nos municípios, estados e micro-regiões.

2.2.2 - REALIZAÇÃO OU NÃO EM 2004:

- Feiras de trocas solidárias, URBIS e I ENEES, não aconteceram feiras combinadas com a SENAES;
- Feira de troca solidária no RJ fechada, número limitado de vagas;
- Rede de trocas foi constituída, permitiu participação no Fórum Social Mundial - FSM;
- Falta de recursos para realização de feiras e eventos;
- Muitos fóruns realizaram feiras apesar da falta de recursos;
- Importância do papel das DRT's nos estados, estados organizados mais recentemente têm dificuldade de fazer o processo em conjunto;
- Em Mato Grosso o mapeamento está sendo feito por uma rede de primeiras damas (primeira etapa) compromete o mapeamento;

- EGE devem fazer parte dos Fóruns;
- GT de mapeamento após o encaminhamento oficial parou;
- Algumas entidades ainda têm dificuldade de compreensão o que é Economia Solidária;
- Recuperar o papel das assessorias dentro da ES, reconhecendo o protagonismo dos empreendimentos.

2.2.3 - PROPOSTAS:

- Encontro ampliado com assessorias e SENAES;
- Rede de assessorias;
- Diferenciação das assessorias, fortalecimentos das mesmas.

2.3 - GRUPO DE GESTORES:

- Encontro nacional de avaliação voltada para o público da ES, não foi uma comunicação de massa;
- Gestores apoiaram a mobilização para o I ENEES, nos municípios e estados; contribuíram para a construção da identidade dos empreendimentos;
- Apoio a Feiras (instrumento de divulgação da ES mais do que de comercialização) e eventos;
- Dependendo do local um dos segmentos está mais mobilizado;
- Feira nacional da ES em Brasília; montar um comitê para organizar;
- Sandra (SP) – URBIS – Apresentação de uma pasta do processo da URBIS que ficará com o FBES. URBIS – espaço internacional – aberto para ES. Participação do FBES foi complicada, inscrições, listagens de nomes chegaram em cima da hora, pessoal não chegou com antecedência, retorno comercial foi fraco; Ganhos: Conferências – Políticas Públicas de Governo (gestores) bastante disputada na URBIS, outra do movimento. Seminário paralelo sobre ES; Empreendimentos puderam participar, pois não precisaram ficar nos estandes. A Prefeitura procurou a organização da URBIS, empreendimentos que trabalham com reciclagem estão exportando e outros. Revista sistematização está saindo com todo o processo, vídeo também; o recurso foi via SENAES, Fundação Banco do Brasil, gestor do recurso foi ANTEAG. Prestação de contas das feiras foram enviadas a todos os estados, solicitando retorno de algum erro, que não veio; A URBIS permitiu dialogar com políticas públicas internacionais;

2.4 - APRESENTAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS SENAES:

A professora Sonia Kruppa da SENAES fez uma apresentação em Power Point.

3 - PLENÁRIA II: GRUPOS POR GRANDES REGIÕES (cinco):

Avaliação e indicativos para 2005: Relação/comunicação dos Fóruns Estaduais com a instância Nacional (FBES e SENAES).

1. Como o estado (fórum estadual) organiza sua gestão estadual e como vem se dando sua relação com a instância nacional do FBES e o diálogo com a SENAES.
2. Essa relação tem favorecido o fortalecimento dos Fóruns nos estados?
3. Indicativos de PRIORIDADES DA ORGANIZAÇÃO DESSAS RELAÇÕES PARA 2005

3.1 - REGIÃO NORTE: (AC, AM, AP, PA, RO, RR)

- Criada uma comissão com um representante por Estado, tendo como referência Adriana Carneiro (PA), que estabeleceu na ADA (antiga SUDAM) a base de contato;
- Com relação à formação de fundos precisa se organizar em ONG's, Associações, etc., para facilitar o acesso a financiamentos;

- A Secretaria Executiva do FBES não está tendo sustentabilidade;
- Sem apoio financeiro para se articular apesar das distâncias e dificuldades;
- Carentes de políticas públicas;
- Avanço – participação aberta com o governo enquanto excluídos;
- Grande necessidade de aprovação dos projetos;
- Propõe 15 de dezembro como Dia Nacional da Economia Solidária, nascimento de Chico Mendes;
- Requer representação dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária;
- Na campanha de geração de Fundo que um percentual a ser definido, fique com o Fórum estadual e outro para o FBES;
- A parceria (ADA) dentro da Economia Solidária prevê a formação de cinquenta agentes solidários divididos em dois grupos; em dezembro trezentos empreendedores;
- Efetivação do projeto do Amazonas, financiado pela Petrobrás para o fortalecimento da base;
- Carência de comunicação entre os estados e o FBES;
- Propõe um seminário na Região Norte com comercialização(feira) e trabalhar a questão das políticas públicas, tão necessárias na região

3.2 - REGIÃO NORDESTE: (AL, BA, CE, PB, PE, RN)

- Foram realizados plenárias e Encontros Estaduais em todos estados;
- Alguns Fóruns têm equipe de animação possibilitando realização de reuniões mensais com dificuldades por falta de recursos financeiros;
- A regionalização e mapeamento têm avançado, avanços também na relação com o FBES;
- Alguns estados têm projetos aprovados pela SENAES, outros não;
- Estruturação da rede de comercialização Xique-Xique;
- Formatar um programa regional de formação em Economia solidária;
- Garantir recursos para dois encontros e feiras anuais para cada estado;
- Garantir recursos para atuação da equipe animadora dos Fóruns Estaduais;
- Realização de encontros regionais das equipes de animação;
- Realização do encontro regional das equipes de assessoria e gestores públicos;
- Apoio da SENAES para formulação das legislações estaduais de Economia solidária;

3.3 - REGIÃO CENTRO OESTE: (DF, GO, MS, MT)

- Em Mato Grosso criação da rede estadual Mato-Grossense, não havia um movimento de Economia Solidária. Pequenos focos espalhados pelo estado e trazidos para o FBES, gestão centralizada controlada pela DRT. Criação do Fórum Estadual em agosto de 2003; DRT mantém o controle do fórum Mato-Grossense; desenvolve encontros envolvendo universidades, DRT e empreendimentos; priorizam o debate, a qualificação e o envolvimento espontâneo dos empreendimentos;
- Em Mato Grosso do Sul as atividades estão concentradas em Campo Grande e na Região de Dourados, porém há grupos solidários em vários municípios; têm ocorrido feiras em duas regiões da capital como resultado do ciclo de debates; não há fórum consolidado, utilizam a rede de Economia Solidária desenvolvida pelo estado; não há grandes envolvimento de entidades do campo e nem com gestores da capital; indefinição para compor organização dos empreendimentos; avaliam que a entrada da DRT foi positiva; EGE reorganizada agora de forma mais democrática
- O DF e Entorno avalia que ações importantes como o mapeamento e as próprias iniciativas do Fórum foram retomados; avalia que as relações com a SENAES e FBES são positivas; estabeleceu o Conselho Gestor tanto no fórum quanto nas cidades do DF, para fortalecer o movimento; instituiu parceria importante com a Universidade de Brasília – UnB; vai realizar a Feira Regional de Economia Solidária em dezembro e realizou uma Feira de Economia Solidária na cidade Paranoá – DF; ênfase da Economia Solidária no Programa 1º emprego com as entidades de assessoria Pátria Amada e CEA realizando oficinas; no mapeamento ênfase à capacitação sobre Economia Solidária via seminários; em processo de organização um curso de extensão na UnB de formação em Economia Solidária; parceria UnB e Pátria Amada com realização de seminários envolvendo Economia Solidária, Agroecologia, Organização Social e

Educação no campo, na tentativa de tecer uma rede de desenvolvimento com jovens de assentamentos da Reforma Agrária próximos a Brasília;

- Em Goiás foi criado o Fórum Goiano de Economia Solidária há seis meses;
- Propostas: Encontro de Economia Solidária do Centro Oeste.

3.4 - REGIÃO SUDESTE: (ES, MG, RJ, SP)

- Criar uma comissão de acompanhamento e fiscalização da gestão dos recursos que são repassados e facilitar este repasse para os Fóruns Estaduais com informações mais claras sobre os prazos de repasse, valor e prestação de contas;
- Garantir a interiorização dos Fóruns, um mecanismo pode ser a EGE/mapeamento, além de trazê-la para dentro do fórum (na socialização do status das atividades desenvolvidas);
- Garantir que o relatório dos encaminhamentos tirados nas oficinas de empreendimentos e políticas públicas chegue aos empreendimentos;
- Ampliar a comissão dos empreendimentos que trabalhou na organização do I ENEES, pode aparecer novas demandas;
- Avaliar as ausências de representações de empreendimentos de alguns estados na coordenação;
- Garantir a reavaliação das entidades propostas para compor o Conselho Nacional de Economia Solidária;
- O papel do Conselho Interlocutor e sua representatividade em relação à Coordenação Nacional e aos Fóruns Estaduais; redesenhar a composição seria um avanço no papel político dessa instância na tomada de decisões;
- Iniciar o debate sobre a organização da IV Plenária Nacional do FBES e/ou a realização da Conferência;
- Priorizar a rearticulação dos trabalhos dos GT's; FBES ver a relação estabelecida com a SENAES nessa construção;
- Promover a formação continuada dos empreendimentos visando uma representação com articulação política – atores sociais; cidadania ativa principalmente no que se refere à organicidade do movimento;
- EGE se tornar um GT dentro dos GT's já existentes dentro dos fóruns Estaduais;
- Redefinir papéis do Conselho Interlocutor, Coordenação Nacional e GT's.

3.5 - REGIÃO SUL: (PR, RS, SC)

- Alguns estados estão mais avançados com fóruns regionais e fóruns estaduais, outros como o Paraná estão começando;
- O repasse de recursos para os governos estaduais e municipais, para os empreendimentos e entidades, precisa ser precedido de discussões nos fóruns Estaduais;
- Deficiências de comunicação da SENAES com os estados, ocasionando projetos sem resposta ou recursos chegando na última hora;
- Os estados reconhecem o trabalho da SENAES;
- Reforço das organizações regionais e estaduais, precisa de um conselho nos Fóruns Estaduais que coordene a articulação nos estados;
- O FBES precisa passar critérios e prazos para a troca dos representantes dos estados na coordenação nacional e conselho interlocutor;

3.6 - DEBATES E ESCLARECIMENTOS:

Benedito (Rede de ITCP's) - A comunicação dos estados com o Fórum Nacional precisa aumentar. Os GT's não funcionaram e entravaram os trabalhos. As EGES do mapeamento estão criadas nos espaços do Ministério do Trabalho e devem passar a ser grupos de trabalho dos fóruns;

Josinete/Ary (RJ) – Explicam que deveria haver uma comissão para acompanhar e fiscalizar todos os recursos oriundos da SENAES e outras entidades demandadas pelos Fóruns Estaduais e FBES , que esta comissão tenha na sua composição os gestores, assessorias e maioria dos empreendimentos;

Ademar (Cáritas) – Precisa haver uma articulação dos Fóruns nas Regiões; Organizar redes de assessorias para pensar os pólos emblemáticos que não possuem recursos; incluir clubes de trocas na avaliação da SENAES; acesso de cada Fórum Estadual aos 20 mil cadastrados;

Ary (RJ) - Criar um espaço de debate político das diversas concepções filosóficas e ideológicas da Economia Solidária; ter critérios para liberação de recursos por parte da SENAES;

Josinete (RJ) – A SENAES deve passar informações e critérios para aprovar projetos por escrito; trabalhar prestação de contas por estado(repasse de recursos);

Haroldo (SENAES) – A SENAES contribuiu para fortalecimento da identidade dos empreendimentos, o que é comprovado pela presença dos mesmos neste encontro; sobre o processo de consolidação e animação da Economia Solidária, via os Fóruns estaduais, passamos a etapa de construção dos mesmos, estamos na etapa de consolidação e definição de papéis; ou consolidamos como movimento, ou perdemos a condução do trem da história; o FBES tem uma fragilidade enorme, não tem projeto político claro, não privilegia o espaço político estratégico, é o principal instrumento da SENAES e não conseguimos fazer um debate mais qualitativo, não se define a clareza das relações e a política que se leva dentro da SENAES;

Sonia Kruppa (SENAES) – A SENAES é criação de todos nós, e renegamos a cria; voltando à discussão do Conselho Nacional, o FBES tem um temor de ser colocado no segundo lugar por causa do Conselho, não percebe os papéis diferentes, não politiza a discussão; A SENAES é pequena e forte, tem SENAES e Singer, tem Economia Solidária nos outros ministérios que estamos trabalhando; o FBES vai prestar contas? A SENAES vai prestar; os representantes do FBES precisam fazer discussão política, senão não avança; a lista da coordenação nacional precisa ser definida, esta reunião deu problema que não foi desorganização da SENAES, deveria ser acúmulo de cada estado e não foi;

Valmor (SENAES) – Devemos entender o processo de construção de cada questão levantada para redirecionar para o avanço; a criação da SENAES e o avanço das políticas de Economia Solidária que estão nos outros Ministérios e nos estados são um aumento da ação do estado para a Economia Solidária; no mapeamento houve a entrada de um ator que antes não estava que são as DRT's que possuem tarefas específicas como servidores públicos, alguns estados avançam e em outros causa problemas; devemos perceber a sociedade civil, o movimento dos empreendimentos contribuindo para a Economia Solidária; os estados da Região Norte estão todos aqui presentes; devemos avançar nos limites de organização políticos e estratégicos, por exemplo, não estaremos presentes na semana da Terra e Água, seria necessário estar presente; as EGE's são espaços com participação dos Fóruns, mas precisa das DRT's – questão histórica;

Crispim (PA) - Estamos construindo e participando em vários eventos; estamos debatendo sem máscara; fizemos oficina, discutindo conjuntura e políticas publicas;

Romeu (Rede de Gestores) – O FBES não deve fazer fiscalização de recursos, se for fazer precisa ser treinado para isto; os empreendimentos dos Fóruns devem ser valorizados, mas os recursos da SENAES não são só para o FBES; acesso a recurso é feito com bons projetos e articulações políticas; faço um apelo para a organicidade do FBES, qual seu papel para entender a importância do Conselho Nacional? Os empreendimentos não se desenvolvem se não se interessarem pelo seu território, primeiro o mercado da cidade para depois o nacional;

Benedito (rede de ITCP's) - Cuidar para construir relações fraternas, e não só ficar cobrando planilhas; pensar que quem não está vindo é porque pode estar perdendo o pique; construir uma nova estrutura do FBES, entender seu papel e reconstituir suas instâncias, aproveitar as DRT's para fortalecer ações nos estados, GT pode se transformar em grupo permanente;

Santiago (CE) - Não criar mais uma comissão, quando os estados organizam as feiras e eventos sabem da dificuldade de tirar o dinheiro das DRT's; as EGES estão funcionando no Ceará têm reuniões regulares, mas a DRT não aparece, deveria estar mais junto do Fórum;

Rodrigo (MG) - Valmor falou em MG dos critérios, mas foram mudados pela SENAES, recursos só para investimentos inviabiliza projetos, não foi claro, não houve editais de projetos que são necessários para possibilitar um melhor andamento;

Luigi (ANTEAG) – A relação entre SENAES e FBES tem crise e é normal; espalhamos a Economia Solidária pelo Brasil, fase de acúmulo; a relação com as DRT's abre possibilidade de perceber o que é falcatrua; a percepção de diferenças propicia a busca de identidade, se formos fortes não teremos medo de falar com a OCB, se estamos fracos dificulta; precisamos definir o que entendemos por Economia Solidária como alternativa para o capitalismo;

Domingos (DF) – A sociedade civil se politiza independente do estado; percebo confusão com o estado, porque estamos permitindo; uma coisa é o FBES, outra a sociedade Civil, outra a DRT, outra a SENAES; o Governo deve cumprir seu papel sem perturbar; o FBES deve reformular suas instâncias, formar bases, voltar para os estados pensando na construção da política; cumprir papel com responsabilidade;

João Luis (RJ) – EGES – canal de interiorização da Economia Solidária, EGES precisa estar no movimento não o contrario; Só houve uma reunião do GT Marco Jurídico e a SENAES informa que houve mais;

Valmor (SENAES) – Relato dos GT's informa mais do que foi socializado, se houver espaço para retomar amanhã poderemos esclarecer;

MT – A DRT passou por cima do Fórum estadual; nem todas informações chegam, da SENAES passam pela DRT chegam ao fórum muito tempo depois, Marilete tem boa vontade, outras pessoas não; mesmo assim avalio que foi positiva a ação da DRT porque trouxe pessoas novas;

Walmir (SP) – Militâncias lutaram e lutam para estar junto ao poder publico, agora estamos conseguindo; a SENAES foi criada pelo movimento; fazer política é mais necessário que imaginamos, precisamos construir relações políticas; não é bom não construir o Conselho Nacional; não ter critérios e prazos de permanência dos componentes da coordenação nacional atrapalha andamento político; os estados precisam discutir melhor;

Nelsa (RS) – O ator principal da Economia Solidária, os empreendimentos, não muda mesmo mudando a estrutura e os governos (condição de vida); todos atores juntos do FBES somaram para melhorar a condição dos empreendimentos; as discussões melhoraram após o I ENEES; prioridade para atuar onde tem retorno para os empreendimentos; em alguns estados existem problemas com as DRT's que não pode ser qualificada como parceira da Economia Solidária; não precisei fazer curso técnico para atuar no orçamento participativo, onde havia controle do orçamento, queremos decidir juntos para onde o recurso esta indo, é bom para SENAES pois dividiremos responsabilidades, quem é capaz de dirigir um empreendimentos é capaz de fiscalizar;

Romeu (rede de gestores) – Nota técnica – aqui se falou em fiscalização, não o que Nelsa falou;

Ary (RJ) – O controle social da constituição de 88 foi avanço, a comissão de acompanhamento e fiscalização é controle e avaliação, permite saber se estamos no caminho certo;

Roberto Marinho (SENAES) – Esclarecimento sobre as EGES – não são estruturas, equipe com composição de pessoas de diversos segmentos, permite descentralização, representação da cidade e dos fóruns, 280 pessoas, 232 representantes dos fóruns; nos estados mais organizados encaminhamentos mais politizados do que em estados que estão se organizando; analisar problemas das DRT, reflete fraqueza dos fóruns; os Fóruns devem assumir sua parte nas EGES; o GT de mapeamento é permanente, foram realizadas quatro reuniões e terá mais uma em dezembro, GT avalia encaminhamentos dos estados, saída da fase de mapeamento, fase de diálogo com IBGE para discutir a introdução de informações da Economia Solidária nas pesquisas oficiais;

Ademar (Cáritas) – GT's – eram formas de suporte de trabalho para SENAES, não só espaço de aconselhamento, mas de ajudar nas implementações de ordem política; porque os fóruns estaduais não fazem o controle local, e FBES não controla os GT's? Em dezembro de 2003 foram definidos critérios de trabalho com a SENAES; em agosto foi definido que SENAES enviasse os critérios adotados; deve haver prestação de contas e de critérios políticos e não de desconfiança de desvio de recursos;

4 - COMERCIO ÉTICO E SOLIDARIO:

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA UM COMÉRCIO SOLIDÁRIO

4.1 – APRESENTAÇÃO:

Jean Pierre Medaets – Consultor – Secretaria de Agricultura Familiar

Agradece a oportunidade e parabeniza o grupo por este trabalho. Trabalha com agricultura familiar, grupo heterogêneo, o trabalho é identificar sinais desses agricultores e tentar trabalhar instrumentos de política pública que atenda esta comunidade. Percepção de sinais de comercialização diferenciados começou a fazer sentido dentro da Secretaria de Agricultura Familiar (MDA), aproximação da sociedade para estabelecer política pública para uma forma de comercialização diferenciada. Entidade mandatária para Economia Solidária vem com o novo governo, Fórum de Articulação de Comercio Ético e Solidário-FACE. Comercio Ético e solidário é um componente da Economia Solidária. Relacionamento com o Departamento de Fomento da SENAES em diversas ações, exemplo trabalho com o mapeamento, feiras, discussão do comercio ético e solidário.

Objetivos desta apresentação:

- Que este grupo nos conheça;
- Proposta para ser bem absorvida, pensada e digerida;

A apresentação na tela foi mostrada na Feira de Agroindústria. Anexa ao relatório.

4.2 - DEBATE:

Rose (FASE) – Tem uma Lista de instituições nacionais participando deste projeto, são estruturas governamentais que possuem trabalho na área de comercialização. Oportunidade dos empreendimentos se encontrarem, representação do FBES do segmento de empreendimentos. Rede FACES com encontros nas regiões do Brasil, recentemente na Amazônia, vários encontros no Sudeste, audiências públicas, proposta foi mudada várias vezes devido aos debates. Sistema tem relação com gestores públicos, teremos vários momentos, o consumidor deve ter acento, a rede FACES não tem a dinâmica do FBES;

Sonia (SENAES) - Havia uma proposta do Professor Paul Singer que as feiras fossem intermediadas pelo FACES, mas não foi possível por questão legal. Desenhos de feira, importantes para este processo, como fazer juntos. SENAES com MDA – projetos de centros de comercialização foram enviados devido a recursos também;

Benedito (rede de ITCP's) – esta discussão traz desdobramentos. Quais as dimensões na expectativa de exportação para os setores não rurais?

Ademar (Cáritas) – Existe processo de formação que as organizações vão se integrando, informar mais se a estratégia é de ampliar. Explicitar melhor. Com relação a Fóruns, estatuto do instituto. Construção é mais da sociedade civil ou de governo? Como o FBES entra na estrutura?

Ary (RJ) – Rose diz que na Índia o agricultor deixou de plantar para si e planta flores para exportar com o comércio justo e solidário, exemplo também em Ruanda que plantou chá e não plantou mais para subsistência. Proposta para FSM de boicote, Economia Solidária está fazendo política afirmativa neste sentido. Cooperativas de consumo hoje é estratégico, união campo e cidade, proposta de central de comercialização tenha as cooperativas dentro destes debates, facilita para o empreendedor rural a cooperativa nas cidades.

Jean Pierre: A Secretaria de Desenvolvimento Territorial quer trabalhar políticas públicas para funcionar em territórios de consolidação da identidade, fluxo diferenciado de comercialização; exportação - não é relação comercial para exportação, necessidade de sintonia, por exemplo, com um supermercado para uma cooperativa de agricultores familiares; setores urbanos – não temos uma visão muito clara, mas existem espaços; a presença nossa aqui é uma estratégia de ampliar o debate, o FACES – iniciou há três anos atrás, ambiente de discussão das relações comerciais, sistema diferenciado de comércio ético e solidário; o Instituto FACES do Brasil foi resultado de uma necessidade de institucionalização no sentido de construir uma entidade que pudesse participar em âmbito nacional; outra peça é o Sistema – construção do Estado com a sociedade, o governo (Secretaria da Agricultura Familiar e SENAES) – favorece os empreendimentos, deve ser visto com dois olhares:

- 1) É necessário um sistema de comercio ético e solidário?
- 2) Se sim, como estruturar? Qual a sua cara?

O governo quer discutir estas duas perguntas; continuar o esforço de aproximar do FBES; ambiente institucional, diversos elementos da rede brasileira e FBES estiveram presentes nas discussões, mas não as duas entidades, mudar este enfoque; mercado solidário – relações locais são fundamentais, o canal ou ambiente de comercialização não é o que interessa, mas os critérios, se são justos para o ambiente de produção ou não; comércio solidário – relação mais justa entre o comércio e o ambiente de produção, substituir o intermediário por algo mais efetivo;

Rose (FASE) – Fazemos seminários com parceiros locais, com critérios dos grupos que participaram do Seminário Internacional de Comércio Ético e Solidário, temos uma série de organizações não governamentais, foi criada a organização jurídica para viabilizar financiamentos. Teríamos que discutir mais a questão de conceitos (justo, solidário e ético). Por questão de votação decidimos por comércio ético. A questão do transgênico está entre nossas prioridades.

Débora (BA) – Comercio Solidário tem que ser comércio que nós da Economia Solidária fazemos. Temos de discutir a questão do consumidor solidário, temos que ter consciência, temos que fazer este marketing da economia solidária.

Ademar (Cáritas) – Devemos repensar a questão de cadeia produtiva. O MDA deve discutir com a SENAES a questão do repasse de recursos. O CONDRAF está discutindo a política agrária. Que Conselho queremos?

Emerson (RN) – Acho que existe um problema de conceito de Economia Solidária e Comércio Solidário. A questão da certificação que o FACES criou, instituições que fazem parte do FACES discutem esta polêmica. Achei complicada essa discussão da SENAES repassar recursos das feiras pelo FACES. Gostaria que essa questão fosse esclarecida.

Aroldo (SENAES) – Temos que qualificar um sistema de debate de políticas públicas; a SENAES tem a idéia de realizar 27 feiras, o que é uma posição política da SENAES, é construir; estamos fazendo um esforço de trazer o Fórum, porque acreditamos que é necessário ele fazer parte destas discussões; temos a idéia de criar o GT de Comercialização e Consumo, queremos este diálogo com o Fórum; houve uma mudança radical nos calendários dos fóruns, é uma dificuldade para a SENAES, de onde os recursos serão repassados; existe uma baixa qualidade nos projetos que nos são passados dificultando suas aprovações; precisa de uma discussão mais aprofundada sobre os centro públicos;

Sandra (CE) – Com relação a juntar reforços em relação às feiras, vamos fazer um Feirão juntando Economia Solidária, agricultura familiar e reforma agrária. Outra questão é do comércio justo urbano, o Luigi tem nos dado uma força num intercâmbio com a Itália por meio da Palma Fashion;

Jean Pierre – A questão fundamental é demarcar um espaço, é muito importante para o MDA que a Economia Solidária demarque o seu espaço, isto acontecendo, naturalmente a agricultura familiar vai junto. Essa história que estamos contando aqui é uma luta, uma questão de articulação. Estamos implementando um grupo de trabalho de comercialização. Queremos estar nas feiras da Economia Solidária. Não levamos ainda está discussão para dentro do PRONAF. Precisamos responder, queremos alguma coisa diferenciada? E qual a cara que ela tem? Quando falamos de sistema de garantia é diferente do processo convencional de certificação. Existe uma coisa diferente que se chama marca de certificação, que não precisa ser certificação, existem várias alternativas para se dizer ao consumidor que estamos oferecendo coisas diferenciadas para ele. Não temos uma proposta para atender a elite brasileira. A questão da identidade nacional ela abafa ou inibe as identidades locais, temos condições de construir a identidade nacional por meio das locais. Queremos uma identidade nacional? Se a proposta estiver na mão da sociedade, não cartoriza. A ação governamental muitas vezes pode ser engessadora. Construir uma ação de uma identidade nacional não estamos engessando nada. Eu quero um sistema que seja reconhecido pelo consumidor.

15 DE NOVEMBRO DE 2004:

5 – V FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

5.1 - APRESENTAÇÃO GERAL:

- Vácuo entre o GT Brasileiro e o IV FSM 2004;
- Perda de articulação para construir FSM, pauta para construir FBES tem um distanciamento das redes internacionais;
- Poucos brasileiros no IV FSM na Índia;

- Estamos atrasados no FSM em relação à comunidade internacional;
- Sendo em Porto Alegre os brasileiros dão o norte em relação à inscrição e espaço físico;
- Como a Economia Solidária pode estar visível no FSM;
- Oportunidade de gestar o FSM em relação ao abastecimento e logística, de comercialização e visibilidade dos empreendimentos;
- Primeira reunião Comitê Organizador e Comitê Internacional, somos parceiros ou fornecedores? Como estabelecer o contrato da prestação de serviços e as regras? Problemas operacionais, negociação com os dois comitês;
- GT Internacional, mediação de processo, levando em consideração o Fórum do Rio Grande do Sul; primeira reunião – apresentação ao resto do conselho brasileiro; FBES não atendeu a demanda de temas, não sabiam que FBES existia como estrutura;
- A decisão política está fora do Brasil, extrapola a Economia Solidária, não tínhamos força e influencia no Comitê Internacional, faltava lobby;
- Mumbai - Índia – temas estavam desfocados para as pessoas, discutiam na rua; interlocução maior com movimentos novos;
- Agora em Porto Alegre necessidade de resolver – mudança de metodologias, não tem mais painéis para seis mil pessoas, mudou a relação com o espaço físico da PUC;
- Primeiros momentos: o que querem da Economia Solidária, não vamos resolver todos, temos abastecimento, comercialização e etc., precisamos restabelecer o contrato, para não sermos responsáveis por problemas como logística e tradução; parceiros, restaurante, compra da agricultura familiar já existe o espaço; o Grupo da Economia Solidária em Porto Alegre (Ary, José Inácio) está separado do escritório do FSM e discute projetos mínimos para o FSM;
- Precisa ter visibilidade dos produtos que chegam, as regiões precisam estar representadas pelo menos simbolicamente; os trabalhadores também deverão estar na mesa, não só na comercialização;
- Que o diálogo do Grupo Brasileiro com o Grupo Internacional seja com relação à realidade dos trabalhadores, (comercio ético solidário, gênero), haverá trabalhadores de vários continentes;
- Proposta de mesa de cinco (três trabalhadores de continentes diferentes, dois analistas);
- Experiência de autogestão de vários continentes;
- Haverá seminários de no máximo 200 pessoas, FSM vai ser lugar de visibilidade;
- FSM construção de seminários de formação, reunião entre as cadeias produtivas, como se organizar para abastecer; quem vai vender? Quem vai para as discussões? Rotatividade dos trabalhadores dentro do debate;
- GT da Economia Solidária – grupo grande dos empreendimentos; gestão do debate da política de abastecimento e construção de temáticas;
- 14 oficinas inscritas pelos FBES; responsabilidade de fazer que a oficina aconteça; garantir a tradução em pelo menos três línguas; garantir divulgação das oficinas que estarão disputando com outras oficinas, caderno das oficinas deve estar preparado, divulgação para 150 mil pessoas, para não ficar entre nós e nós mesmos;
- Economia Solidária deve se apresentar como orçamento e movimento para o resto do mundo.

5.2 – APRESENTAÇÃO DO ARY (RJ)

- Apresentação de mapa de Porto Alegre – Orla com parque território do FSM – 5 KM mais ou menos que abrigará os seguintes espaços:
 - Acampamento da juventude;
 - Parque Farroupilha e universidade;
 - 11 espaços temáticos: corresponde 11 eixos temáticos, espaço da Economia Solidária será Economia Soberana dos Povos; serão construídas tendas para os espaços temáticos; cada espaço temático vai ter: uma feira de produtos(comercialização) ou exposição, praça de alimentação e cultura;
 - quatro espaços na universidade(praça de alimentação);
 - Cais do porto tem um espaço;
 - Parque Marinha do Brasil – vai ser construído pela Economia Solidária;
 - Cada ponto vermelho no mapa – 3600 pessoa sentadas, conferencia (600), seminário(200), oficinas (200);

- Espaço da Economia Solidária – Área Central, beirada do Guaíba – grande circulação, em frente a um shopping, área asfaltada, melhor infraestrutura, perto do acampamento da Juventude;
- Cada espaço vai ter atividades culturais, eliminando grandes shows;
- Empreendimentos na comissão do FSM: Margareth – artesanato; Rose – alimentação e Leide;
- GT de Economia Solidária convocou o seminário de ES – 21 e 22 de outubro –
 - Demandas encaminhadas:
 - Seis comissões: Artesanato, serviços, alimentação, confecção, abastecimento, reciclagem – compõem a comissão ampliada, a comissão executiva – reuniões semanais;
- Rodada Global de Negócios – proposta da Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária;

5.3 - QUESTÕES LEVANTADAS NA PLENÁRIA:

- Como vamos participar?
- Quantas pessoas vão participar por estado?
- Como será a participação da Economia Solidária nas mesas?
- Definir critérios de participação nas mesas podendo alterar as propostas, como compor e quem vai organizar cada mesa?
- Não ficar só assistindo os debates, quem estará nas oficinas? Pode ser um dos dois representantes dos estados; composição das oficinas passa por acordos internacionais;
- Transporte – um caminhão por estado, para trazer produtos do Estado (produtos da Economia Solidária, da agricultura familiar, abastecimento) – em discussão; a idéia é fazer tipo uma CEASA para o abastecimento, produtos podem chegar junto com estes caminhões;
- Como levar os representantes dos estados?
- Como fazer a divisão dos estandes na feira – hoje preço do estande R\$ 620,00 , como subsidiar para os estados, são 800 estandes gerais, quantos vão para a Economia Solidária?
- Previsão de participação dos estados na feira de Economia Solidária;
- Seminário de moeda social no primeiro dia – FBES assume?
- Noitadas culturais, estados podem contribuir? Levar grupos por regiões, como seria o custeio?
- Logo do FSM – Discutindo que seja utilizada a ciranda da Economia Solidária, inclusive para Comercialização;
- O programa Brasileiro de artesanato tem caminhões;
- Algumas entidades se inscreveram nas oficinas, como dialogar com a outra parte da Economia Solidária? Eixo 6 (Economia Solidária) – Carola – facilitadora da aglutinação, quem se inscreveu vai ser chamado por e-mail para fazer fusão com os que têm em comum, inclusive com internacionais, responder se deseja fazer, mas tem direito de permanecer com as oficinas; são cento e oitenta oficinas separadas por bloco;
- Tradutores só para mesas internacionais; as oficinas são autogestionárias;
- Os Estados podem se unir e conseguir um ônibus, possibilita levar mais pessoas; a cada dois ou três estados – um ônibus; cada estado faz suas articulações, além dos dois representantes por estado que fecharmos aqui que utilizarão o recurso da SENAES;
- Aprovar como estados chegam lá e quantos estandes por estado; delegar o restante para o GT de Relações Internacionais (Ademar, Ary, Gaiger, João Roberto, José Inácio, Luigi, Marcos Arruda, Nelsa, Rose), e as comissões;
- Decisão política – FBES presente no FSM, na sua totalidade – projeto um milhão GTI está tentando viabilizar; qual a linha política? Delegar para o GTI;
- Inscrição até 25 de novembro – www.forumsocialmundial.org.br, 150 reais por entidade, até 12 participantes por entidade; inscrição de estandes até 30 de novembro, R\$630 reais;
- Participantes dos clubes de troca estão debatendo se participam do seminário de moeda social, corre o risco de não ter um cunho político, remeter aos clubes de trocas;

5.4 – DEBATE E ESCLARECIMENTOS:

Nelsa (RS) – GT RI está discutindo a utilização de um recurso que a SENAES está disponibilizando que possibilitaria levar para o FSM dois representantes por estado; hospedagem – local para trezentas pessoas levando roupas de cama, verificando outros locais;

Ruth (PACS) – ônibus (caminhões) não estão garantidos – se vão duas pessoas pela SENAES levarão material para vender cinco dias? Transporte não está garantido pensar em levar produtos para amostra, recurso – é pouco;

Dione (SENAES) – A SENAES está projetando um recurso (em torno de 150 mil) para apoiar a intervenção da Economia Solidária no FSM, precisamos discutir o que vai ser apoiado. Todo o orçamento da Economia Solidária no FSM foi calculado em torno de um milhão, é preciso tomar a decisão de quantos por estado irão, para buscar recursos temos que fazer juntos;

Rose (FASE) – Para o recurso a ser discutido com a SENAES as demandas são: chegada dos brasileiros no FSM, levar produtos de cada região; um stand de cada região – financiamento, rodízio de quem vai ficar no estande e quem vai participar das discussões, cinco estandes maiores por região brasileira daria visibilidade da organização por região;

Wilton (MT) – Com relação à noite cultural – se for duas pessoas por estado, como o estado vai apresentar a sua cultura? A possibilidade é do estado arcar com esta despesa, ou FBES arca com o transporte para os grupos regionais?

5.5 – QUESTÕES APROVADAS E ENCAMINHADAS AO GTI RI:

- Logo da Economia Solidária – encaminhar para o GTI resolver;
- Seminário de Moeda Social – FBES assume inscrição para garantir o seminário – remete à rede nacional de trocas, que vão se reunir em dezembro se utiliza ou não a moeda social no FSM;
- Dois empreendimentos por estado (um rural e um urbano) e um estande por estado (recurso SENAES);
- Encaminhados para o GTI – decisão de participação política;
- GTI encaminhar que um dos dois representantes dos estados seja um dos que possa participar das oficinas.

6 – TRABALHOS DE GRUPO:

GRUPO 1 - FORTALECIMENTO DO FBES

- Coordenação Nacional (tempo);
- Novos atores (Rede de troca e Unisol);
- Fóruns locais;
- Secretarias Executivas (Nacional e Estaduais);
- Espaço de debate político.

GRUPO 2 - FORTALECIMENTO DO FBES COM ESTADO

- DRTs;
- Conselho Nacional;
- Orçamento;
- GTs e EGE;
- Centros Públicos;
- PRONAES – Fundo Público.

GRUPO 3 - FORTALECIMENTO DO FBES COM A SOCIEDADE

- Dia Nacional da ES;
- Conferência Nacional;
- Ano Internacional Micro-crédito;
- Brasil & França.

7 – PLENÁRIA: APRESENTAÇÃO DOS GRUPOS

7.1 – GRUPO 1: FORTALECIMENTO DO FBES

7.1.1 – COORDENAÇÃO NACIONAL:

- Consolidação nos estados dos representantes na Coordenação Nacional;
- Nova plenária para definir o tempo de representação nacional – um ou dois anos e renovar um terço;
- Estruturar as secretarias estaduais;
- Representantes nacionais, após uma reunião nacional, tenham condições de repassar as resoluções tiradas;
- Os Fóruns Estaduais devem discutir a pauta das reuniões nacionais antes;
- Criar espaço de troca de experiências dos Fóruns Estaduais em atividades por regiões;
- Instituir o suplente da representação na Coordenação Nacional e Conselho Interlocutor;
- Da representação, um deve ser o animador;
- Um encontro das assessorias para avaliar a trajetória deste segmento no FBES;
- Definir uma forma de comunicação entre os GT's e o FBES que venham democratizar os conteúdos produzidos;
- Fazer formação de neófitos (empreendimentos, gestores e assessores novos);
- A agenda dos estados deve ser antes e depois das reuniões nacionais;

7.1.2 – INCLUSÃO DE NOVOS ATORES NO FBES:

- Mudar a deliberação da última plenária criando uma nova categoria (observador) dentro do FBES, possibilitando a participação de novos atores (UNISOL, Clube de Trocas, por exemplo), todos os atores nacionais são bem vindos;
- Estabelecer um critério que tenha expressão nacional, que os empreendimentos sejam ouvidos a respeito da inclusão de entidades nacionais e movimentos sociais no FBES;
- A Comissão que organizou o I ENEES deve se transformar em Coordenação dos Empreendimentos;
- Que as DRT's participem via SENAES;

DECISÃO:

- Remeter para as bases dos estados a discussão de critérios de entrada de novos atores na coordenação nacional e estaduais;

7.1.3 – ESPAÇO POLÍTICO:

- A Coordenação nacional não é espaço de formação, a formação deve ocorrer nos estados e em oficinas e encontros nacionais específicos;
- Equilibrar a correlação de forças dos segmentos;
- Buscar uma agenda política com outros movimentos sociais;
- Ter uma política de formação;

7.1.4 – SECRETARIAS EXECUTIVAS NOS ESTADOS:

- Definição de estratégias de captação de recursos diferenciadas para o fortalecimento das secretarias executivas;
- Fortalecimento da Secretaria Executiva do FBES, ajudar a Comissão de Acompanhamento;
- Formalizar um GT de sustentabilidade do FBES para elaborar um projeto;

7.2 - GRUPO 2 - FORTALECIMENTO DO FBES COM O ESTADO

7.2.1 – DELEGACIAS REGIONAIS DE TRABALHO – DRT's:

7.2.1.1 - INFORME - VALMOR:

- As Delegacias Regionais do Trabalho – DRT's são um braço tradicional do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE nos estados, com delegados de modo geral interessados em cooperar com a Economia Solidária;
- Houve processo de formação;
- As DRT's começaram a se envolver nos Fóruns locais;
- Há dificuldades nesta interação, embora na maior parte dos estados a DRT seja aliada;
- Qual o papel de cada um, é preciso esclarecer estes papéis para que o trabalho conjunto funcione.

7.2.1.2 – PARTICIPAÇÃO DAS DRT's:

- Questionamentos acerca da pouca participação das DRTs nos Fóruns, em alguns estados:
 - devem participar mais;
- Dificuldades: tendência das DRT's a serem legalistas?
 - Entender as particularidades da Economia Solidária;
- Algumas DRT's não estão discutindo com os FEES acerca do Mapeamento:
 - devem assumir o protagonismo do Fórum nas questões referentes à Economia Solidária;
- Reforçar a formação dos funcionários das DRT's e capilarizar esta formação;
- Fóruns Estaduais devem afirmar seu protagonismo e buscar a aliança com as DRT's;
- Uma coisa é o gestor público (indivíduo, que só pode fazer parte do Fórum através da Rede de gestores);
- Outra é a DRT, que tem seu papel diferenciado nas operacionalizações concretas nas regiões e estados.

7.2.2 – GRUPOS DE TRABALHO (GT's) E EQUIPES GESTORAS ESTADUAIS DO MAPEAMENTO (EGE's):

7.2.2.1 – INFORMES - VALMOR

- Os Grupos de Trabalho são indicações do FBES e da SENAES (Marco Jurídico, Finanças Solidárias, Conselho Nacional, Relações Internacionais, etc) para ajudar nas formulações das políticas públicas e orientar em questões que necessitam de aprofundamento;
- As Equipes Gestoras Estaduais (formadas por componentes da SENAES/DRT e dos Fóruns Estaduais, operacionalizam os encaminhamentos do GT Nacional de Mapeamento). Foram criadas para ajudar na operacionalização do Mapeamento nos estados e na maior parte do caso sua ação tem ajudado no seu papel e também na interiorização dos Fóruns;
- O GT Nacional de Mapeamento deve continuar seu trabalho, monitorando os resultados, com o intuito de garantir que o pessoal da Economia Solidária não fique de fora e impedir que outros que não são entrem no Mapeamento. Utilizar esta discussão para qualificar o debate da Economia Solidária de forma que os próprios grupos possam discutir sua identidade com a Economia Solidária;

7.2.2.2 – DISCUSSÃO SOBRE GT's e EGE's:

- Os GT's são importantes; devem subsidiar as decisões e não são deliberativos;
- As discussões dos GT's não estão chegando aos Estados, nem estão facilitando o diálogo com o FBES acerca dos temas em que são especialistas;
- Devem ter definidas suas funções e qual as respostas que eles devem dar;
- A comunicação deve ser melhorada;
- Os GT's custam dinheiro e seu custo é equivalente ao do Conselho Interlocutor e da Coordenação Nacional; havendo o Conselho Nacional qual o status que deve ser dado aos GT's?
- Pode-se disseminar os GT's nos estados, no modelo das EGE's de forma a fazer penetrar mais as discussões?

7.2.3 - CONSELHO NACIONAL:

- Importante para a construção da política e deve ser urgente a sua implantação;
- No Conselho devem fazer parte os órgãos do Governo que possam ser nossos aliados;
- O Fórum Brasileiro deve ter uma participação destacada e com representação majoritária de empreendimentos;
- Composição - quem deve fazer parte dos “convidados” da sociedade civil - proposição dos estados discutirem e voltar em fevereiro (reunião do Conselho Interlocutor); onde uma instância (Plenária/Reunião) para decidir como deve ser sua composição, papel, funcionamento;
- O Conselho deverá ser constituído porque está na lei de criação da SENAES e não seremos só nós que definiremos (o ministro dá a palavra final);
- O grupo não conseguiu definir sobre duas opções:
 - Conselho deve ser definido antes da Conferência Nacional, inclusive para ajudar a organiza-la;
 - Conselho deve ser definido no processo da Conferência;
- O GT do Conselho Nacional deve acompanhar o processo dos estados e não conseguimos definir como deveria ser a composição deste GT
- Proposta de composição: 17 governo e SENAES; 17 do FBES com 66% dos empreendimentos, convidados como observadores.

7.2.4 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2004 E CRITÉRIOS PARA 2005:

- A SENAES deveria ter fornecido os critérios de liberação de recursos para facilitar o diálogo, lembrando que estes critérios já tinham sido definidos anteriormente em uma reunião do Conselho Interlocutor;
- A SENAES poderia explicar suas dificuldades de forma clara e facilitar o diálogo;

7.2.4.1 - PROPOSTAS:

- As liberações devem ser por editais;
- Prioridades:
 - Sustentabilidade dos empreendimentos,
 - Garantir a mobilização do movimento nas Plenárias e as feiras de cada estado, com uma ajuda aos movimentos para envio dos projetos;
 - Esclarecimento: dificuldade com o convênio do Banco do Brasil;
 - Pergunta acerca dos critérios para a liberação de verbas para as prefeituras do PT; o Sul ‘engole’ o país todo e os outros estados não ficam sabendo de nada, principalmente o Norte;
 - Deve haver uma dinâmica de comunicação da SENAES de forma que os resultados de sua ação (resultados dos GTs, financiamentos liberados, etc) chegue aos estados;

7.2.5 - PRONAES:

- O acúmulo na discussão sobre o tema deve ser socializado de alguma forma;
- Grupo para estudar o PRONAF e ver suas vantagens e desvantagens;
- Pauta política prioritária: lutar politicamente para que a Economia Solidária se beneficie de linhas de recursos dentro do Ministério do Trabalho e Emprego;
- O PRONAES de combate à pobreza (370 milhões) está sendo discutido pelo GT de Finanças Solidárias, com uma parte voltada para a formação;
- Programa Nacional de Microcrédito, onde a SENAES será coordenadora;
- O PROGER, que pode ter direcionamento também para a Economia Solidária;
- Tema principal do GT de Finanças Solidárias: Encontro exclusivo sobre financiamento aos empreendimentos em 2005.

7.3 - GRUPO 3 - FORTALECIMENTO DO FBES COM A SOCIEDADE

7.3.1 – DIA E SEMANA NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E CONFERÊNCIA NACIONAL:

7.3.1.1 – DISCUSSÃO:

- Dia nacional 15 de dezembro, aniversário de Chico Mendes, é mais que um ambientalista, antes de tudo é uma liderança dos povos da floresta; realização de eventos de base local durante uma semana fechando neste dia com eventos estaduais; este dia seria simbólico da autogestão;
- Evento estadual com grande divulgação com marca estadual, que tenha articulação com o Talher e os Fóruns de Segurança Alimentar;
- Conferências estaduais e regionais até junho de 2005, e uma nacional em julho;
- Criar cultura para enraizar o processo que culmina no dia nacional em dezembro;
- Final de ano circula mais recursos devido ao natal, em dezembro poderia ser o momento de pico dos processos locais e a realização da Conferência Nacional;
- Eventos locais e regionais até julho culminando com o dia nacional em 27 de julho (dia da fundação do FBES);
- Está incompatível um processo de reforço local, dando visibilidade etc.. e pensando ao mesmo tempo uma conferência nacional, os processos atropelam;
- A concentração de um evento nacional e a preparação de eventos locais não podem ser simultâneos;
- Campanha de conscientização nos meios de comunicação, demonstrações locais preparatórias da Conferência;
- Semana da Economia Solidária de 12 a 15 de dezembro com grande eventos estaduais dia 15 de dezembro;

- Preparação de Conferência: Março estadual, junho regional, outubro nacional;
- Preparação da Conferência Nacional: Locais/regionais/municipais até maio; estadual em junho e Nacional em julho;
- DEZEMBRO – NATAL SOLIDÁRIO: em dezembro uma semana de comercialização; campanha para consumo solidário culminando com um dia nacional da Economia Solidária;
- Realização da Conferência Nacional em 2006 devido às dificuldades de uma Conferência Oficial que envolve os poderes públicos locais e federais e aos poucos meses para preparar; proposta para que 2005 seja para as preparações;

7.3.1.2 - ENCAMINHAMENTOS SEMANA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:

- Terceira semana de dezembro: concentrar feiras nesta semana culminando com o dia nacional – 15 de dezembro;
- Encaminhar as datas de 15 de dezembro e 15 de novembro para decidir nos estados com textos de defesa;
- Eventos locais e um evento estadual nos estados simultaneamente;
- Definir o período das feiras estaduais para essa semana;
- Concentrar campanhas e mídia pelo natal solidário (compras natalinas, presentes e produtos sejam da Economia Solidária) e relacionar natal sem fome e natal das compras solidárias.

7.3.1.3 - ENCAMINHAMENTOS CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:

- Realizar Conferências municipais, micro-regionais e estaduais até novembro de 2005;
- Até abril de 2006 - Conferência Nacional (atenção para o ano eleitoral);
- Motivações políticas da Conferência:
 - Momento de estabelecer o estatuto da Economia Solidária;
 - Momento de consolidar propostas para políticas públicas nos âmbitos: municipal, estadual e federal, considerando balanço de três anos da SENAES;
 - Avançar no diálogo pela disputa do movimento no ano eleitoral da pauta/agenda nacional;
 - Consolidação do Conselho Nacional no que diz respeito à sua configuração e territorialidade.

7.3.2 - ANO INTERNACIONAL DO MICROCRÉDITO:

7.3.2.1 – DISCUSSÃO:

- Lançado pela da ONU Lula é uma das referências;
- Paul Singer é indicado pelo Governo (disputa interna onde ABICRED bancou nome do Singer);
- Saída do Lessa do BNDES a Caixa passa a assumir parte da atuação do BNDES nessa área;
- A marca do micro crédito no Governo é finanças solidárias.

7.3.2.2 – PROPOSTAS:

- Realizar evento nacional do FBES sobre Finanças Solidárias – como enfoque brasileiro no ano internacional;
- Realizar eventos estaduais (audiências públicas etc) sobre finanças solidárias;
- Aprofundar o debate no FSM sobre Fundo Solidário Mundial.

7.3.3 – BRASIL & FRANÇA:

7.3.3.1 – INFORMES:

Sonia (SENAES) – Feira em Saint Denis – França – acontece em julho de 2005: parte cultural, debate, mostras e negociação. Socializar o calendário da feira, prever momento no FSM em POA para discutir sobre esta feira. Não tem recursos para levar pessoas para a França. Tentar garantir a presença de 10 a 15 empreendimentos.

Rose (FASE) – ABONG – reunião com prefeitura de Saint Denis, que é socialista e tem forte relação com o Brasil, vai decidir como encaminhar as questões. As cooperações nunca foram em Economia Solidária. Serão 15 dias de eventos – 14 de julho o Presidente Lula vai participar da comemoração da tomada da Bastilha. Como captar recursos para a ida à França? O projeto dos franceses prevê um limite de 10 estandes, estão em contatos com outros grupos.

8 – SENAES – PRESTAÇÃO DE CONTAS:

Sonia (SENAES) – O Ministério do trabalho foi criado para trabalhadores que tem carteira assinada, há disputa interna no ministério, DRT é questão política. SENAES tem uma disputa de recursos muito grande, prioridade do governo é o primeiro emprego, não primeiro trabalho. Recursos do primeiro emprego são bem maiores que os recursos da SENAES.

A Professora Sonia Kruppa fez uma apresentação em Power Point.

9 – ENCAMINHAMENTOS:

- Foi criado o Grupo de Trabalho Conselho Nacional composto por Ademar Bertucci (Cáritas), Débora Nunes (BA), Domingos Olímpio (DF), Maria Dalvani (RO) e Romeu Lemos (Rede de Gestores), para junto com a SENAES sistematizar e prosseguir com as discussões ocorridas nesta reunião e encaminhar para os Fóruns Estaduais continuar o debate.
- Comissão de Acompanhamento junto com a Secretaria Executiva e SENAES preparar proposta de pauta e a III reunião do Conselho Interlocutor;
- Reunião do Conselho Interlocutor marcada para 27 e 28 de fevereiro e 01 de março;
- IV Reunião da Coordenação Nacional marcada para abril de 2005;
- Questões discutidas nos grupos estão aprovadas como indicativos para a III reunião do conselho Interlocutor.

OBS – Não foi feita uma avaliação da reunião da Coordenação Nacional, os participantes preferiram fazer uma dinâmica orientada por Ary Moraes (RJ), que foi finalizada com todos se abraçando.